UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

VIRCULINO MIRANDA

ENSINO BÁSICO PARA AS PESSOAS SURDAS NA GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2026

VIRCULINO MIRANDA

ENSINO BÁSICO PARA AS PESSOAS SURDAS NA GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL

Trabalho de conclusão do curso em formato de projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Agnes Francine de Carvalho Mariano.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

VIRCULINO MIRANDA

ENSINO BÁSICO PARA AS PESSOAS SURDAS NA GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL

Trabalho de conclusão do curso em formato de projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 23/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Agnes Francine de Carvalho Mariano (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.ª Dr.ª Carine Gurunga de Matos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.ª Dr.ª Ana Rita de Cassia Santos Barbosa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	5
2	**PROBLEMA DE PESQUISA**	7
3	**OBJETIVOS**	8
3.1	OBJETIVO GERAL	8
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
4	**JUSTIFICATIVA**	9
5	**REFERENCIAL TEÓRICO**	11
5.1	EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU	11
5.2	EDUCAÇÃO COLONIAL (1471-1973)	12
5.3	EDUCAÇÃO NAS ZONAS LIBERTADAS 1963-1973	13
5.4	EDUCAÇÃO APÓS A INDEPENDÊNCIA NA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU	15
5.5	INCLUSÃO NA GUINÉ-BISSAU	17
5.6	EDUCAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS	19
5.7	INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS SALAS REGULARES	20
6	**METODOLOGIA**	22
7	**CRONOGRAMA**	23
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo investigar os desafios enfrentados pelas pessoas surdas no acesso ao ensino básico na Guiné-Bissau, destacando também perspectivas que possam contribuir para a transformação da educação no contexto guineense, a partir da inclusão de estudantes surdos no ensino básico. A partir de uma abordagem qualitativa e participativa, que busca compreender como o sistema educacional tem respondido às demandas de acessibilidade à inclusão, ao mesmo tempo, em que se propõem estratégias que visam promover uma educação equitativa que respeite a comunidade surda da Guiné-Bissau.

A discussão apresentada neste estudo é essencial para ampliar o debate sobre os direitos das pessoas surdas, que ganhou notoriedade nas últimas décadas. E também para contribuir com propostas que possibilitem avanços concretos na construção de uma educação de qualidade na Guiné-Bissau, considerando as especificidades geográficas, culturais e sociais do país. Aproveitando, ao mesmo tempo, experiências positivas de outros países, como o Brasil. Entretanto, antes de aprofundar o estudo, é importante contextualizar a situação geográfica do país em questão.

A República da Guiné-Bissau é um pequeno país situado na costa ocidental da África, com superfície total de 36.125km, e população estimada em 2.249.515 pessoas, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2022). Faz fronteira com a República do Senegal pelo Norte e ao leste com a República da Guiné Conacri. “O clima na Guiné-Bissau é tropical, que varia entre úmido e quente. Tem apenas duas estações do ano: a estação chuvosa começa no mês de maio e termina em novembro, e a estação seca, que se inicia na segunda metade de novembro até primeira quinzena de maio” (Nhaga, 2011 *apud* Indi, 2021, p. 5).

O território da Guiné-Bissau está dividido em oito regiões. Cerca de 78% do território se encontra no continente e outros 22% na parte insular. É imprescindível salientar que o país compartilha o mesmo processo histórico de colonização com Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, na Ásia. Razão pela qual o português foi adotado como língua oficial em todos esses estados. Atualmente, a Guiné-Bissau é um território soberano, democrático, laico e unitário. Tornou-se independente em 24 de setembro de 1973, independência essa apenas reconhecida por Portugal um ano depois.

O país conta com uma pluralidade de grupos étnicos e possui mais de 25 línguas, incluindo a língua de sinais guineense. A língua efetivamente falada pela maioria da população é o criolo guineense. A economia da Guiné-Bissau é predominantemente agrícola e apresenta

um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,483, considerado baixo, segundo o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023). Por isso, o país enfrenta desafios estruturais e sociais que afetam diretamente seu sistema educacional.

Além das questões econômicas, culturais e linguísticas, a configuração geográfica do país cria desafios para a educação. A nação guineense é composta por uma área continental e diversas ilhas que formam o arquipélago dos Bijagós, o que cria dificuldades logísticas para a implementação de políticas públicas e uma boa qualidade da educação para todos. Essa configuração geográfica, aliada à precariedade de infraestrutura escolar, especialmente nas áreas rurais, agrava as barreiras de acesso à educação, particularmente para pessoas com deficiência.

Historicamente a deficiência, a nível mundial, era vista como uma maldição para uma família. Dessa forma, quando nascia uma criança com uma limitação física, ela podia ser morta pelos pais ou excluída da convivência social. Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que inspirou a criação de leis e políticas públicas ao redor do mundo, os países membros aceitaram o desafio de ampliar a educação sem discriminação. Vale pontuar ainda um marco muito importante para a educação de pessoas com deficiências: a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, de 1994.

É de suma importância ressaltar que apesar dos avanços e do reconhecimento de que a inclusão educacional é um direito fundamental, ela permanece sendo um desafio em muitos contextos ao redor do mundo, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como as pessoas com deficiência auditiva. O acesso ao ensino básico para estudantes surdos apresenta lacunas significativas, que comprometem a concretização do direito à educação inclusiva.

Culturalmente, ainda hoje persiste o tabu entre uma parcela da população guineense de que crianças surdas são incapazes de se desenvolver e contribuir para a sociedade. Isso acaba justificando a falta de políticas públicas amplas que viabilizem o acesso de pessoas surdas à educação. Desde sua independência, o país conta apenas com quatro escolas para o ensino para pessoas com deficiência auditiva, que são: Escola Nacional dos Surdos; Escola dos Surdos Mariposa; Escola Effata de Ingoré e Escola Inclusiva de Buba. Além dessas, existem algumas outras escolas inclusivas, mas que não são apenas para crianças surdas. Mas o preconceito muitas vezes desestimula os pais a matricularem seus filhos na escola, perpetuando a exclusão social e educacional.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em parceria com o Plan Internacional (2009 *apud* Có,

2024, p. 19), estima-se que cerca de 57,4% da população da Guiné Bissau em idade escolar está fora do sistema do ensino. Nesta senda, as mulheres representam um grupo mais desfavorecido em comparação aos homens. Isto é, cerca 71,8% das mulheres com algum tipo de deficiência nunca frequentou uma unidade escolar, contra 45,1% dos homens. Observa-se então que a Guiné-Bissau tem sido negligente no combate à exclusão educacional. Em contraste com outros países, como o Brasil, que apresenta um arcabouço legislativo robusto que assegura o direito à educação para pessoas surdas, incluindo a obrigatoriedade do ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Segundo a lei n° 10.436**,** no seu 1° artigo: "É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados" (Brasil, 2002). Segundo o artigo 3º:

> A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2002).

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão reforça a necessidade de promover a acessibilidade e a inclusão escolar das pessoas com deficiência. Essas legislações destacam a importância de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva e servem como referência para pensar em estratégias de inclusão em contextos internacionais, como no caso da república da Guiné-Bissau.

O objetivo desta pesquisa é investigar o acesso e permanência dos estudantes com deficiência auditiva na Guiné-Bissau, especificamente na Escola dos Surdos Mariposa, localizada em Bissau, capital da Guiné-Bissau, concretamente no bairro de Tchada. Para isso, iremos fazer um levantamento bibliográfico e realizar entrevistas com os pais e professores. Assim, tentaremos compreender os obstáculos enfrentados pelas crianças surdas para ingressar e permanecer no sistema educativo. Essa pesquisa é uma oportunidade de ampliar o debate sobre os direitos das pessoas surdas e fortalecer o compromisso coletivo com a construção de uma educação mais justa e acessível para todos.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

A Guiné-Bissau, mesmo após sua independência, enfrenta ainda problemas muito sérios no que se relaciona com a educação pública de qualidade para sua população. Problemas como

falta de infraestrutura nas escolas, alimentação e transporte para os estudantes e interrupção no pagamento dos professores, o que provoca greves frequentes no setor da educação. A situação é ainda mais grave quando se trata de uma educação voltada para pessoas surdas. Tendo em vista a educação como um instrumento libertador e emancipatória, é de suma importância a criação de políticas que garantem a inclusão. Iniciativas como identificação das pessoas com deficiência auditiva do país, ampliação dos números das escolas para pessoas surdas ou preparação das escolas convencionais para recebê-los, promoção de formação dos profissionais que atuam nesse setor. Além de garantia do acesso e permanência dos estudantes surdos nas escolas.

Partindo desse contexto, a presente pesquisa se orienta pelas seguintes perguntas: Como tem sido a experiência dos estudantes para ingressar e permanecer na Escola dos Surdos Mariposa, até a conclusão do ensino básico? Quais são as políticas de inclusão educacional para a população surda na Guiné-Bissau e de que formas são aplicadas na Escola dos Surdos Mariposa?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender os desafios enfrentados pelos estudantes surdos no acesso e permanência no ensino básico na Guiné-Bissau, e identificando fatores que contribuam para promoção de uma educação inclusiva, equitativa e acessível.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as principais barreiras que dificultam o acesso das pessoas surdas ao sistema educacional básico na Guiné-Bissau, considerando fatores sociais, culturais e institucionais.
- Investigar a infraestrutura escolar e os recursos disponíveis para o ensino de surdos, incluindo a formação de professores e o uso da Língua Gestual Guineense na Escola dos Surdos Mariposa.
- Compreender a percepção dos pais, encarregados de educação sobre a inclusão de crianças surdas no ensino básico.

- Propor estratégias que possam contribuir para ampliar a inclusão educacional dos surdos na Guiné-Bissau.

4 JUSTIFICATIVA

Durante a minha infância, eu fazia vários questionamentos sobre a humanidade para meus pais, mas essa inquietação nunca foi respondida da maneira que eu queria. Eu era muito curioso em relação a tudo e sobre a diversidade no mundo. Esse sentimento de querer saber mais despertou em mim uma visão crítica ao ver pessoa com deficiência sendo discriminada. Lembro-me como se fosse ontem. Uma vez, perguntei para minha mãe: “Se Deus é nosso pai, como a Bíblia nos ensina, porque tanta desigualdade? E porque tem pessoas dito normais e outros com deficiência?” Eu ainda acrescentei: “O mundo seria melhor se todo mundo estivesse em pé de igualdade”.

Ela me deu uma resposta, mas confesso que, com apenas 9 anos de idade, não entendi absolutamente nada. Minha mãe falou: “Levanta a mão”. levantei as minhas mãos. “Viu como os dedos da sua mão são diferentes? Mas na verdade todos são dedos de mão, e nenhum é igual a outro. Ou seja, nós, enquanto ser humano, somos diferentes; ninguém é igual a outro. Cada pessoa é um ser único e merece todo respeito desse mundo, independente da condição física e jeito de pensar. Mas todos são criaturas de Deus”.

Porém, comecei a entender que a diversidade humana é um conceito biológico. Segundo Habermas (1997, p. 370), a diversidade não é tratada como diferença biológica ou hierarquia entre grupos, mas principalmente pela pluralidade

de visões de mundo, culturas e formas de vida que precisam conviver dentro de uma sociedade democrática. Para Karl Marx (2013, p. 45), “a desigualdade é característica estrutural do sistema capitalista, pois resulta da exploração da força de trabalho”.

É imprescindível frisar que as pessoas com deficiência, mais especificamente pessoas surdas, possuem plena capacidade cognitiva e têm o direito de contribuir como cidadãos. A negligência do Estado e da sociedade em prover oportunidades educacionais a esse grupo representa uma violação de direitos humanos. Acredita-se que a deficiência não deveria impedir a pessoa de participar das atividades essenciais, mas essa tarefa tem que ser adaptada de acordo com a condição em que essa pessoa se encontra.

O acesso à educação é um direito assegurado por diversas legislações, incluindo a Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau/2010. O Artigo 2º, inciso 5, afirma que “[...]

cabe ao Estado, em especial, assegurar a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar.” (LBSE, 2010). Isso evidencia a responsabilidade do Estado em garantir educação de qualidade para todos os cidadãos, incluindo a educação inclusiva que atenda às necessidades das pessoas com deficiência auditiva (surdos).

Falar sobre essa problemática, para mim, é um resgate da memória e enxergar o mundo com um olhar mais sensível. Cresci junto com um amigo da infância, que é surdo de nascença. Eu falava com ele, mas nunca me respondeu uma palavra sequer. Fiquei me perguntando: “Por que o meu amigo não fala comigo”?. Com muita tristeza no coração, sabia que a nossa comunicação não se completava. Aos 13 anos de idade, a gente se encontrou novamente. Para minha surpresa, ele se abaixou no chão e começou a escrever. No momento, fiquei muito feliz, porque a gente nunca tinha tido uma conversa por escrito, aliás nós não nos entendíamos. Passamos toda nossa infância sem nos comunicar, pelo fato de que eu não sei a língua gestual guineense e ele também não conseguia me entender por ser uma pessoa surda. Dessa forma, o tema ensino básico para pessoas surdas despertou minha curiosidade para entender qual é a razão dessas pessoas não conseguirem ocupar espaços nas instituições guineenses.

Espera-se que esta pesquisa sirva para despertar a atenção do Estado da Guiné-Bissau para a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades das pessoas surdas, capazes de integrar um número significativo de pessoas surdas no sistema educacional. Além disso, busca-se conscientizar pais e encarregados de educação sobre a importância da educação como instrumento de transformação para seus filhos, demonstrando que as pessoas surdas podem superar os desafios impostos pela sociedade e desempenhar papéis relevantes na sociedade.

Esta pesquisa pretende contribuir não apenas para a criação de políticas que atendam aos interesses das pessoas com deficiência, mas também para o campo acadêmico, fornecendo subsídios a futuros pesquisadores interessados nessas temáticas. Trata-se de um assunto de grande importância, mas que ainda é pouco pesquisado por pesquisadores guineenses, apenas um trabalho no repositório da Unilab. O único material que trata sobre o assunto é o Trabalho de Conclusão de Curso da Regina Nené Argentina Có (2024), que fala sobre educação inclusiva especificamente e ensino-aprendizagem de escrita na Escola Nacional de Surdos. Os outros trabalhos são de duas docentes portuguesas que elaboram o dicionário da língua gestual na Guiné-Bissau. Sendo assim, entre as escolas pesquisadas, escolhi a Escola dos Surdos Mariposa, para entender como é o acesso a esse espaço escolar para pessoas surdas.

A escola, como espaço de ensino e aprendizagem, com o objetivo de educar o homem para sua inserção na sociedade, deveria estar aberta a todas as pessoas. A pesquisa sobre esse

tema oferece uma contribuição significativa para a construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e sem preconceitos.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

A República da Guiné-Bissau já experimentou quatro fases no sistema de ensino e aprendizagem. A educação pré-colonial, ou seja, a educação tradicional, era uma modalidade de ensino usada para atender as demandas da população local. Por outro lado, temos a educação colonial, voltada para os interesses da metrópole. Depois, a educação perante a luta de libertação e, em seguida, a educação pós-colonial, que se instaurou e segue até os dias atuais.

Os países africanos, de modo geral, não são objeto de grandes estudos, razão pela qual, em pleno século XXI, os estudantes africanos ainda são abordados com perguntas preconceituosas e xenófobas sobre o continente. Essas questões podem variar de diferentes maneiras: “Como aprendeu a falar português, sendo Áfricano? Ainda tem guerra e fome na África?” Além disso, trata-se do continente como se fosse um país. “Lá na África vocês já viram leão, girafa, elefante ou macaco?”. Contudo, essas perguntas refletem uma visão estereotipada que a maioria tem sobre o continente Africano, negligenciando os saberes ancestrais que nela se encontra.

O continente é visto como um espaço sem produção do conhecimento. Negar a existência do ensino e aprendizado no continente africano, em especial na Guiné-Bissau, antes da ocupação europeia, é uma forma de tirar a humanidade dessa população e perpetuar ideias preconceituosas e racista. Para Cá (2000, p. 4), “[...] na sociedade africana tradicional, não havia instituição escolar tal como existe hoje, porém, a educação consistia na aquisição de certos conhecimentos e normas de comportamento como em qualquer sociedade”. Na maior parte do continente africano, não havia escolas tal como nos dias atuais, mas existia a forma como a sociedade se educou para atender as necessidades da população local. O trabalho do campo, como também a construção dos instrumentos para cultivar a terra era uma forma de educação a que a população tinha acesso.

Dessa forma, cada adulto era o responsável por repassar esses saberes, levando em consideração sua experiência e habilidade. Ou seja, a educação era integrada com os princípios culturais e econômicos, e o saber não se distanciava do campo. Era passado de geração em

geração, para ensinar, disciplinar e treinar os mais novos sobre o convívio social baseado na realidade do povoado. Segundo Macedo (1998, p. 159-160): "Na Guiné Bissau, não havia escolas nem mestres no sentido clássico da palavra. Mas cada pessoa adulta, pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, era um professor. A educação não era um campo especializado da atividade humana."

É de salientar a importância de ter anciãos na comunidade tradicional africana, porque são vistos como bibliotecas vivas dentro desse território. Eles tinham um papel fundamental na formação dos jovens, para se integrarem na sociedade tradicional e consequentemente darem suas contribuições na produção agrícola e na pesca artesanal. Assim sendo, todo lugar onde tem a presença humana, nesse espaço tem cultura, modo de vivência e sociedade com os princípios que os norteiam. A educação pré-colonial era totalmente diferente de modelos impostas por invasores europeus.

5.2 EDUCAÇÃO COLONIAL (1471-1973)

A Guiné-Bissau é um dos países africanos que tinha na sua base ideológica a educação por meio da oralidade. Como foi dito anteriormente, essa prática fazia parte do contexto cultural e político para a massa da população guineense.

O século XV foi o marco histórico da invasão colonial na Guiné-Bissau, com a chegada dos portugueses no ano 1446. Até essa data, não existia uma escola convencional tal qual as que temos hoje. Os habitantes do país recém-ocupado não tinham experimentado outra modalidade de educação, a não ser a tradicional, que era da cultura da oralidade. Ou seja, todos os conhecimentos eram repassados de geração para geração. Nada era escrito no papel, mas todas as informações ficaram eternizadas no fundo da memória.

Os portugueses não tinham interesse em alfabetizar os nativos guineenses. Mas demonstravam ambição em usar suas influências política e econômica por meio de dominação e imposição da sua cultura alienante. Buscavam fazer com que os guineenses negassem suas origens, em detrimento da cultura europeia e, por outro lado, explorar a mão de obra escravista africana para enriquecer sua metrópole. Para Cá (2009, p. 5):

> Não havia, portanto, a intenção de instruir ou educar as populações subjugadas, mas sim pelo contrário, extrair do seu seio uma minoria de homens letrados indispensáveis para o funcionamento do sistema colonial de espoliação e reduzi-lo a uma assimilação que devia retirar-lhes quaisquer possibilidades de desvendar o processo de docilização despersonalização a que estavam submetidas.

Isso acaba evidenciando que a educação destinada para os africanos não era prioridade para os portugueses. A criação de uma escola na Guiné-Bissau contou com solicitação do padre jesuíta Antônio Vieira. Com a intenção de levar a Deus e catequizar os povos "não civilizados". No entanto, as igrejas católicas eram coniventes com os colonizadores. Em vez de promover uma educação de qualidade para a população guineense, usavam a fé cristã como um instrumento de controle social. "A igreja colaborava em uma aculturação estreitamente limitada e controlada". (Cá, 2000, p. 5).

A intenção não era ajudar os nativos a desenvolver um pensamento autônomo e crítico. Isso também justifica a falta de democratização no acesso à escola. Por causa das políticas segregacionistas, as escolas ficavam centralizadas nas zonas urbanas e suburbanas, não eram acessíveis para as massas. Ou seja, só podiam frequentar as escolas as pessoas consideradas assimiladas e os seus filhos. Os assimilados representavam apenas 2% de toda população, o objetivo da administração colonial, era integrar pequenas parcelas da população guineense ao sistema colonial, proporcionando-lhes direitos semelhantes aos dos cidadãos portugueses. Dessa forma, os portugueses ofertavam uma educação mediana e sem consciência crítica; alguns assimilados posteriormente se tornaram os intermediários entre os colonos e a massa das populações guineenses. Ou seja, os que são considerados indígenas e que não têm acesso ao espaço escolar. Segundo Tavares (2004, p. 105):

> A catequização, a educação e o ensino (aprendizagem das primeiras letras) constituíram a trilogia que Portugal confiou às ordens e congregações religiosas que procuraram a conquista das populações para a igreja católica. A ação missionária como prática assente na ideologia do poder colonial, implicou uma conjugação recíproca de interesses entre o Estado e a Igreja. Apesar de serem concepções aparentemente contraditórias, Estado e Igreja conseguiram, no entanto, complementar-se, pois a instituição religiosa vai representar um papel político: ensinar e espalhar os valores ocidentais em colaboração com o poder colonial.

Era nítida a cooperação da Igreja Católica com os países imperialistas, mas especificamente Portugal. A invasão da Guiné-Bissau e a imposição da cultura europeia como modelo a ser seguido representa uma das piores atrocidades já vividas pelos guineenses. Isso foi uma tentativa de acabar com hábitos e costumes de um povo. Mas, por mais que houvesse toda uma política para exterminar a cultura local, o povo da Guiné-Bissau continua resistindo.

5.3 EDUCAÇÃO NAS ZONAS LIBERTADAS 1963-1973

A Guiné-Bissau e outros países africanos passaram por um dos crimes mais bárbaros do mundo, a invasão e ocupação do seu território por uma potência imperialista. Essa atrocidade

que marcou a geração da população africana teve sua raiz histórica na conferência de Berlim (1884-1885), quando o continente foi fatiado em pedaços, como fatias de bolo, pelas grandes potências mundiais, sem consentimento dos nativos africanos.

Consequentemente, a ocupação de Portugal não foi apenas por interesse econômico, como também pela imposição da sua cultura, para impor a civilização europeia sobre as práticas e os saberes africanos. Após o Congresso de Cassacá, em fevereiro de 1964, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tomou um rumo muito importante para a democratização do ensino nas zonas libertadas. Porque durante todo o período colonial, em que Portugal teve domínio e controle na Guiné-Bissau, a educação escolar era o único modelo a seguir e não era ministrada para a massa da população. Assim sendo, a educação era segregacional, e muitos guineenses estavam fora do sistema do ensino e aprendizagem, por morarem longe dos centros urbanos, onde não tinham acesso às escolas. Dessa forma, a cada área conquistada pelo partido, eles entendiam a necessidade de abrir escolas com urgência, para alfabetizar os militantes do PAIGC, que na sua maioria esmagadora eram analfabetos. Segundo Vilela (2023, p. 11):

> A Guiné-Bissau é composta pela população majoritariamente camponeses que vivem no interior do país ou nas zonas semi urbanas e rurais. Durante cinco séculos estes ´povos passaram por um processo de exclusão, onde não tiveram acesso a educação escolar, pois só tinha acesso educação promovida pelos colonizadores alguns grupos das elites guineense e os seus filhos, como foi destacado na sessão anterior. A década de sessenta do século XX marcou inicia de grandes mudanças que culminaram na luta pela independência que teve seu início no dia 23 de janeiro do ano 1963, um ano depois o PAIGC criou a política de alfabetização inicialmente para alfabetizar militantes que estavam na luta, mais tarde alargaram para as crianças e jovens das localidades controladas por eles.

É de suma importância frisar que antes da luta de libertação armada, o partido tinha uma enorme preocupação com a formação dos quadros. Porque ele tinha poucos quadros formados, ou seja, 14 eram formados em cursos superiores e 11 eram formados nos cursos médios. Representavam no total 25 quadros formados no partido. Dessa forma, o PAIGC entendia que era urgente a formação dos quadros guineenses no exterior do país, concretamente na República de Guiné Conacri. Para Cá (1999, p. 48): “O PAIGC deparava-se com a questão de gerir o território que controlava. Muito antes das regiões libertadas, o partido havia criado em 1960, em Conakry, capital da Guiné, uma escola de formação de quadros políticos e que, simultaneamente, dava cursos elementares de instrução primaria”. Por outro lado, a maioria dos professores que dava aulas durante a luta de libertação nacional não tinha nível superior. Mas eles tinham um compromisso de repassar os conhecimentos baseados no pensamento do pai e

fundador da nacionalidade guineense, Amílcar Lopes Cabral: “Os que sabem devem ensinar os que não sabem”.

A educação nesse período era uma educação emancipatória e revolucionária. Cada professor que recebia o chamado para abrir uma nova escola se sentia muito contente por cumprir a missão do partido e dar uma educação emancipatória, que dialogava com a realidade da população guineense. Ou seja, pensar uma educação que se opunha a dos invasores. Em cada zona que estava sob o domínio do partido, florescia uma escola, onde os militantes sentavam com as crianças para ensinar como reconhecer os bombardeios dos inimigos e fugir dos atentados bélicos. Segundo Pereira (1977 *apud* Cá, 2005, p.11)

> Nos momentos da luta, um professor que conseguisse fazer uma escola ficava muito contente porque a escola era um aspecto da luta. O professor era um combatente como qualquer outro combatente das forças armadas. Dantes um professor era avisado que tinha de abrir uma escola em marés, no sul do país, por exemplo, ou em Canchungo, no Norte.

5.4 EDUCAÇÃO APÓS A INDEPENDÊNCIA NA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Após a emancipação da Guiné-Bissau, o estado recém-independente estava passando por um problema muito sério sobre a educação pública para a massa da sua população. Não era uma tarefa fácil erradicar com os ensinamentos e princípios lusitanos, porque, nesse período, o país estava desprovido de quadros formandos. Também era alta a taxa de analfabetismo: a Guiné-Bissau tinha 90% da população analfabeta, sem saber ler e nem escrever. Entretanto, o Comissariado da Educação, com o apoio da Assembleia Nacional Popular entendia a necessidade e urgência da implementação de um modelo do ensino que dialogasse com a realidade da população guineense. A tentativa era erradicar o ensino colonial em todo sector público. A educação como um elemento transformador era prioridade do partido PAIGC durante e após a independência.

Assim sendo, foi protocolado um convite ao professor brasileiro Paulo Freire, com a intenção de ajudar a pensar uma educação baseada na realidade local e combater o analfabetismo radicalmente no sector do ensino. Segundo Vilela (2023, p. 17):

> Após a independência houve a necessidade de reformulação do ensino colonial para enquadrá-la na realidade local. Nesse período houve várias tentativas de transformação radical do ensino guineense que culminou-se com o convite da comissária da educação ao intelectual brasileiro Paulo Freire para ajudar na implementação do programa da alfabetização nacional.

Apesar das dificuldades enfrentadas, como falta de infraestrutura escolar, como também materiais didáticos para o trabalho nas escolas, o Comissariado conseguiu ter um resultado muito positivo na ampliação da educação para os militares e civis. Nesse período, o currículo escolar não se distanciava da realidade das massas camponesas, língua nacional, história e geografia do país. Convém reafirmar que o partido PAIGC não conseguiu sustentar essa ideologia por muito tempo. Ou seja, a política de erradicar o currículo eurocêntrico não foi abraçada pelo partido depois da independência.

Sendo assim, o modelo da educação que era imposto por colonos voltou a ganhar espaço gigantesco dentro do sector da educação guineense. Uma educação alienante e segregacional, que não dialoga com a realidade da população e com situações deploráveis. Nas escolas que ficam nas zonas rurais, os alunos têm dificuldade para ter acesso e permanecer. Muitas vezes, para um estudante ir à escola, ele tem que andar 7 km, motivo de desistência e abandono escolar nas zonas rurais. Nas escolas que ficam no centro da cidade, quase todo ano tem paralisação por parte dos professores, por não terem recebido seu salário. As únicas escolas que funcionam sem paralisação e com infraestrutura em boas condições são as escolas particulares, onde só estudam os filhos dos pais que têm condição financeira para arcar com os estudos da prole. Situação que acaba gerando uma enorme desigualdade na oferta da educação pública de qualidade.

É de responsabilidade do governo da Guiné-Bissau, ofertar uma educação pública para sua população. No artigo 49 da Carta Magna da Guiné-Bissau, a linha 1 prevê que todos os cidadãos têm direito à educação e demais modos de ensino que a sociedade reserva. Como diz a Constituição da República de 1996, em seu artigo 16, no inciso primeiro.

> A educação visa a formação humana do homem. Ela deveria manter-se estreitamente ligado ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso. (Bissau, 1996, p. 11-12).

Considerando que, até os dias atuais, não mudou muita coisa no sector da educação, a ideia que o fundador do partido, Amílcar Lopes Cabral, pregava sobre a reafricanização das mentes não foi colocada em prática pelo próprio partido. É muito contraditória a postura do partido em relação à educação para os guineenses. Antes da emancipação, o partido se preocupava em levar às escolas para zonas mais distantes do centro urbano, que os militantes do partido chamavam de zonas libertadas do país, porque eram as mais afetadas pela falta de acesso às escolas. Por outro lado, depois da emancipação, da Guiné e Cabo Verde, tudo voltou

a ser como antes. Onde pode perceber desinteresse por parte do partido, e consequentemente reproduziu a lógica colonial, ao não dar muita atenção às escolas que ficam longe de cidade, conforme sustenta Có (2024, p. 18).

5.5 INCLUSÃO NA GUINÉ-BISSAU

Para Mendes, a inclusão educacional não se limita apenas às pessoas com um determinado tipo de deficiência, mas a todas as crianças vulneráveis, que vieram dos lugares periféricos, lares pobres e necessitam da inclusão. Integrar-lhes num sistema de ensino, ou seja, a inclusão, é para todas as pessoas que estão com falta de acesso. De acordo com ele: "[...] educação inclusiva não é sobre criança com deficiência, mas sobre uma reforma educacional acerca da ideia de que cada criança é importante, crianças com deficiência podem ser vulneráveis, mas muitas outras também são, como crianças advindas de lares pobres e outras" (Mendes, 2020, p. 34).

Segundo Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994): "A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todas as crianças têm direito a educação e devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de suas dificuldades ou diferença". Já para Carneiro (2012, p. 82) descreveu a educação inclusiva da seguinte maneira: "A educação inclusiva pressupõe uma reorganização no sistema educacional de forma a garantir acesso, permanência e condições de aprendizagem a toda população em idade escolar." A Organização das Nações Unidas (2006) vem afirmando que as pessoas com deficiência "são aquelas que possuem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial que, em interrelação com barreiras sociais, dificultam sua participação plena na sociedade".

Na obra **Surdez e Libras: conhecimento em suas mãos**, Carmozine e Noronha (2012, p. 69) argumentam o seguinte:

> Quando falamos em educação inclusiva, já não nos referimos mais aos alunos que frequentam uma sala especial. As ações da educação especial, como já dito anteriormente, deixam de ver uma opção educacional de modalidade para o aluno com necessidades educacionais especiais e tornam-se um serviço aplicado durante todo o desenvolvimento pedagógico do aluno, ou seja, da creche ao ensino superior.

Para essas autoras, a educação inclusiva não se limita ao acesso do estudante à escola, mas sim, exige a reorganização do sistema educacional para atender as necessidades de todos os alunos ao longo de toda trajetória escolar. No caso da Guiné-Bissau, esse entendimento comprova a necessidade de fortalecer políticas públicas e práticas pedagógicas que garantam o

acesso, a permanência dos estudantes surdos no ensino básico, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva.

É de suma importância discutir a inclusão educacional na Guiné-Bissau, sobre a perspectiva da configuração do país e o entendimento da sociedade para com a pessoa com deficiência. Como tem sido falado anteriormente, na Guiné-Bissau, ainda existe o olhar estigmatizado sobre a pessoa que tem um determinado tipo de deficiência. Esse julgamento de aparência física e exclusão começa primeiramente dentro do contexto familiar, impedindo o acesso à escola, ter uma vida social, como também participar em toda esfera da sociedade. Isso resulta em infanticídio e abandono. Na maioria das vezes, essas crianças são criadas por missionárias evangélicas. Por acreditarem que essa criança não é um ser normal, mas sim uma resposta maligna que foi jogada por um ser soberano dentro de uma família como forma de maldição divina.

Essa limitação não devia ser um dos motivos para exclusão dessas pessoas em diferentes setores da sociedade, como nas escolas. Mas é isso que acontece, onde se evidencia a exclusão, e com pouca presença das pessoas com deficiência. O julgamento que se limita apenas por não ser considerado normal. Dados da relatoria da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (2010/2012) sobre o estudo das pessoas com deficiência revelam que cerca de 54% da população com estas características em idade escolar se encontram fora do sistema de ensino. A maioria dessas pessoas são impedidas de frequentar a escola pelo próprio familiar, como forma de protegê-los contra a discriminação social, injúrias e difamação. Esses dados estatísticos representam como a sociedade guineense está longe de chegar a uma verdadeira inclusão.

> A diante disso, de acordo com o Relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (2010/2012) o documento revela que, o estigma, a descriminação, a exclusão social, os abusos e as agressões contra a integridade física dos deficientes constituem os principais problemas com que se deparam os deficientes na Guiné Bissau. Em outras palavras, assevera se que, o sistema de ensino guineense ainda não contempla nenhum programa de ensino especial para as pessoas com deficiência com vista a dar respostas às suas necessidades, o acesso à educação para qualquer deficiente na Guiné-Bissau ainda é distante daquilo que a sociedade vive nos dias de hoje, mostrando claramente o quanto os deficientes enfrentam dificuldades em estudar nas escolas públicas ou privadas. (Nanque, 2022, p. 276).

Assim, a escola, um lugar de ensino e aprendizagem que devia ser um espaço para todos, acaba reproduzindo a lógica de exclusão. A infraestrutura escolar, na sua maioria, não está adaptada para receber quaisquer pessoas com deficiência. Ainda que a lei garanta a inclusão de todos sem exceção, isso está longe de acontecer na prática. Em outras palavras, a inclusão não

é só pegar os deficientes e colocar na mesma sala com os ouvintes, mas sim criar políticas públicas que visam a sua integração e permanência na escola.

Diante disso, entende-se que a política de inclusão não é só para amenizar a crescente exclusão desse grupo minoritário na sociedade guineense, mas também o cumprimento da lei de direitos humanos. A Constituição da Guiné-Bissau, de 1984, no seu artigo 24 define que todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmo direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica (Guiné-Bissau, 1984, p. 8).

5.6 EDUCAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS

A deficiência auditiva é definida como a "perda bilateral, parcial ou total de quarenta e uns decibéis ou mais, comprovada por audiograma nas frequências de 50 hertz, 1000 hertz e 2000 hertz", segundo o Art. 5 da lei n. 5.296 (Brasil, 2004). Na Guiné-Bissau, a readaptação de uma escola para pessoas surdos partiu de uma necessidade emergencial. A Constituição da República, de 1996, diz que todo cidadão tem direito à educação e que é dever do estado promover gradualmente a gratuidade e a igualdade de acesso a todos os cidadãos, aos diversos graus de ensino. Mas, em relação à inclusão educacional, as escolas que funcionavam na capital guineense eram para os cegos e tinham na sua maioria professores ouvintes. Dessa forma, a introdução dos alunos surdos causou alvoroço entre os professores, ao não saber como lidar com os novos alunos surdos, que anteriormente eram impedidos de frequentar as escolas por insegurança da parte dos pais. Segundo Cabi e Timbane (2023, p. 404): "Eles vinham muito aflitos a pedir o apoio, porque na escola de cegos que tinham criado a pouco tempo, de repente apareceram alguns surdos e eles não sabiam como educá-los, portanto, como lhes providenciar a educação".

A criação do dicionário da língua gestual guineense foi um avanço muito significativo para a comunidade surda da Guiné-Bissau. Antes desse marco histórico, poucas pessoas surdas tinham acesso às escolas. Outros estavam fora do sistema do ensino, porque os pais e encarregados da educação tinham um tabu acerca da aprendizagem de uma pessoa surda. Cada família que tinha uma pessoa com deficiência auditiva inventava um código de comunicação padronizado, que só eles entendiam entre si. Dessa forma, a realidade muda quando uma pessoa ouvinte quer conversar com o surdo que não é membro da sua família. Ou seja, cada família conseguia estabelecer uma boa comunicação com um parente surdo, mas não com outras pessoas surdas que não são da família. Esse desafio reverbera também nos hospitais. Uma

pessoa surda, para conseguir um atendimento, precisa ir acompanhado com a família ou amigo para servir de intermediário. Isso acaba tirando sua autonomia e passa a ser dependente.

Vale a pena destacar a importância de duas figuras estrangeiras de nacionalidade portuguesa, Mariana Martini, que é a linguista de formação e especializada em língua gestual, e Marta Morgado, que é professora de crianças surdas. As duas foram as pioneiras na criação do dicionário da língua gestual guineense, como também na formação e capacitação dos professores que trabalham com os surdos na Guiné-Bissau. O guia de apoio didático feito por elas teve seu primeiro exemplar no ano de 2007 e sua atualização em 2017. Após 10 anos da criação do primeiro dicionário, Mariana e Marta conseguiram ampliar a quantidade de gestos no dicionário por causa do crescimento da comunidade surda no país, uma comunidade forte e vibrante que está na sua fase de crescimento.

5.7 INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS SALAS REGULARES

A realidade que se discute no chão da educação para pessoas com deficiência auditiva na Guiné-Bissau gera uma discussão contraditória, e como acontece em alguns países, como no caso do Brasil. Algumas escolas adotaram a prática de educação especial e inclusiva como uma ferramenta de combater a discriminação e exclusão escolar contra as pessoas deficientes. Mas ignoraram categoricamente o nível de aprendizagem de uma criança surda que se encontra na classe regular. Ou seja, o fato de que os ouvintes têm mais chance de assimilar informação numa sala regular em detrimento das pessoas surdas. A prática de incluir sem segregar, quando não é feita de modo adequado, acaba atrapalhando o avanço da aprendizagem das pessoas surdas. Por isso, as escolas que trabalham exclusivamente com os alunos surdos, como a Escola Nacional dos Surdos, Centro Effata e Escola dos Surdos Mariposa, são referências no ensino das pessoas com deficiência na capital guineense. Existe também o caso da Casa Emanuel, uma escola regular que atende crianças surdas e pessoas com espectro autista. Segundo Có (2024, p. 23): “Existem professores que divergiam quanto ao método mais indicado para ser adotado no ensino dos surdos/as. Uns acreditam que o ensino deveria priorizar a língua falada - Método Oral Puro - e outros a língua de sinais, além do ensino da fala com sinais - Método Combinado ou Bilinguismo”.

O Brasil tem a Libras como língua oficial, mas o debate ainda floresce entre duas correntes ideológicas sobre a inclusão das pessoas com deficiência auditiva nos espaços escolares. A Política Nacional, de 2011, vem debatendo a inclusão de pessoas surdas nas salas

regulares, como uma forma de ampliar o acesso e permanência de pessoas com deficiência nas escolas. “A Política Nacional traz à tona o modelo da inclusão. Essa proposta é orientada pelo direito de todos os estudantes de frequentar a sala de aula, estar junto, aprendendo e praticando sem nenhum tipo de discriminação.” (Mendes; Conceição, 2020, p. 53). Sendo assim, os surdos e outros alunos que não têm deficiência ficam numa mesma sala, com a presença de um profissional para auxiliar como intérprete. Existem escolas que pregam a inclusão, mas o que se verifica na prática educativa dessas instituições não é a integração real. Ou seja, a escola faz uma divisão de turmas específicas só para pessoas surdas e outra turma para os ouvintes.

Por outro lado, a comunidade surda, sendo um grupo minoritário, sofre com a exclusão dentro das escolas regulares. O possivelmente indica as limitações da impossibilidade dessas crianças conviverem juntas e desenvolverem plenamente a comunicação entre elas. Uma cultura sobrevive da possibilidade da experiência compartilhada em uma mesma língua. Boa parte da comunidade surda é contra a proposta de incluir pessoas surdas nesses espaços, sendo que a maioria das escolas que funcionam com bilinguismo têm professores ouvintes, o que acaba favorecendo a cultura do oralismo. A ideia é que pessoas com deficiência auditiva têm que estar nos seus espaços para desenvolver suas habilidades e práticas na língua de sinais. Com isso, uma escola exclusivamente para pessoas surdas é considerada muito necessária, como também ajuda na sua socialização, sem interferência dos alunos ouvintes na sala.

> A inclusão almejada acaba ficando somente nos desejos da escola/professora, porque há uma organização que implícita ou explicitamente valoriza o ouvir, o ser ouvinte, e isso acaba aparecendo e marcando as relações, revelando uma práxis pouco ou nada inclusiva. Nesse constante jogo, constrói identidades que se sucedem e se antagonizam, indicando os efeitos desse ambiente em suas constituições. (Soares; Lacerda, 2004, p. 141 *apud* Santos, 2009, p. 21-22).

Como foi citado anteriormente, a Guiné-Bissau tem grandes desafios para implementar uma política da educação inclusiva e, consequentemente, ofertar educação para todos. Fato que explica a falta de acesso e permanência estudantil. Muitas pessoas estão fora do sistema de ensino, incluindo pessoas com deficiência auditiva. Sem deixar de fora os avanços importantíssimos da Escola Nacional dos Surdos na formação dos professores ouvintes e professores surdos para atender a necessidade da população e dinamizar a língua gestual guineense. Dessa forma, essa iniciativa de investir nos profissionais surdos têm um impacto muito positivo, não só dentro da comunidade surda, como também em todo o território da Guiné-Bissau. É importante pontuar que foi iniciada a formação dos técnicos profissionais do

Ministério da Educação e dos professores para educação inclusiva (Barros *et al*, 2018 *apud* Iala, 2021).

A Escola dos Surdos Mariposa, objeto da nossa pesquisa, foi fundada no ano de 2016 para trabalhar especificamente com pessoas surdas. Logo no primeiro ano da sua fundação recebeu 35 alunos surdos, número que posteriormente veio a aumentar nos anos seguintes. A escola funciona com duas modalidades de ensino, inclusivo e especial, e está munida dos métodos bilíngues. É importante falar sobre a Escola dos Surdos Mariposa por ser considerada uma escola nova para pessoas com deficiência auditiva surdos. Como também porque essa escola é uma referência nos ensinos de língua de sinais na Guiné-Bissau. Atualmente, ela tem como diretor administrativo um ex-aluno surdo, fato que faz muita diferença em relação às outras instituições escolares.

6 METODOLOGIA

Para a materialização desta investigação, pretendemos fazer uma pesquisa de natureza qualitativa, fazendo revisão bibliográfica, pesquisa documental e produção de dados. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), a pesquisa "[...] qualitativa não se preocupa com representativa numérica, mas sim como um aprofundamento da compreensão de uma determinada realidade social. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto de um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

A primeira etapa consiste em uma revisão bibliográfica, por meio da leitura e análise de obras que abordam a inclusão educacional, os direitos das pessoas com deficiência e o papel da língua de sinais na educação básica. A pesquisa bibliográfica, conforme proposta por Gil, é elaborada a partir de matérias já existentes, como livros, monografias, dissertações, teses e artigos científicos. Dessa forma: "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos" (Gil, 2008, p. 50). Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica é essencial para embasar teoricamente o estudo e contextualizá-lo em relação ao panorama global.

Além da pesquisa bibliográfica, será utilizada também a pesquisa documental, como meio de averiguação de documentos oficiais, relatórios, legislações e arquivos relacionados ao contexto do acesso à educação para os surdos da Guiné Bissau. "Os documentos constituem também uma fonte uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador." (Ludké; André, 1986, p. 39). A

legislação guineense e documentos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), também serão analisados.

A pesquisa do campo será realizada na Guiné Bissau, especificamente na cidade de Bissau, na Escola dos Surdos Mariposa. Nesta etapa de pesquisa de campo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, convidaremos a direção da escola, para compreender como funciona a educação para os surdos. Em seguida, convidaremos dois professores/as, um ouvinte e outro surdo, como forma de confirmar os desafios enfrentados pelos surdos. Posteriormente, pais e encarregados da educação dos alunos surdos, para entender os aspectos que a escola não revela.

7 CRONOGRAMA

Atividades a serem realizadas	TCC 1	TCC 2	TCC 3
Revisão bibliográfica e pesquisa documental	X	X	
Leitura e fichamento dos textos	X	X	
Elaboração do roteiro para as entrevistas, agendamento e realização de entrevistas		X	
Transcrição e edição das entrevistas		X	
Análise dos dados		X	X
Redação da monografia		X	X
Defesa da monografia			X

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048/2000 e n. 10.098/2000, que tratam sobre acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 abr. 2002.

CÁ, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 51-69, 2009.

CABI, Lucas Augusto; TIMBANE, Alexandre António. A criação do primeiro dicionário da Língua Gestual Guineense, um desafio linguístico (Entrevista). **Njinga e Sepé: Revista Internacional de Cultura, Línguas Africanas e Brasileiras**, São Francisco do Conde, v. 3, n. especial I, p. 403-415, maio 2023.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, p. 81-95, 2012.

CÓ, Regina Nené Argentino. A **educação inclusiva: ensino-aprendizagem de escrita na Escola Nacional de Surdos da Guiné-Bissau na prática do professor/a**. 2024. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1996.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Bissau: Assembleia Nacional Popular. 1984. Disponível em: http://reformar.co.mz/documentos-diversos/constituicao-de-guine-bissau.pdf.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**: entre a facticidade e a validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LIGA Guineense dos Direitos Humanos. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau**. 2010/2012. Disponível em: http://lgdh.org/relatorioLGDH-Completo% 2015 jan.pdf.

LOPES, Luísa da Silva e. **A Lei de Base do Sistema de Ensino da Guiné-Bissau**: uma análise do processo de construção política. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Políticas Educativas) – Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2014.

MACEDO, Francisco de. **A Educação na República da Guiné-Bissau**. O passado, as transformações no presente, as perspectivas do futuro. Braga: Editorial Franciscana, 1978.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, Rodrigo Humber. **Educação inclusiva na prática**: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um. São Paulo: Fundação Santillana; Editora Moderna, 2020.

NANQUE, Jailson Carlos. Políticas para as pessoas com deficiência na Guiné-Bissau. **Njinga e Sepé: Revista Internacional de Cultura, Línguas Africanas e Brasileiras**, São Francisco do Conde, v. 2, n. 2, p. 263-284, jul./dez. 2022.

NHAGA, Ghorque Joaquim. **Formação da identidade nacional na Guiné-Bissau.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006.

SANTOS, Elias Souza dos. Comunidade surda: a questão das suas identidades. In: DÍAZ, F. et al (Org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: Edufba, 2009. p. 15-25.

TAVARES, Fernando Jorge Pina. **Educação, cultura e ideologia em Cabo Verde**: um estudo sobre a exclusão da língua materna no sistema de ensino no período pós-colonial. 2004. 232f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca. Espanha: UNESCO, 1994

VILELA, Avelino. **Educação na Guiné-Bissau**: o desafio do ensino formal nas zonas rurais. 2023. 11f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.